

Isso é democracia liberal? - por Marco Antonio Hermann Kroeff

Desde a queda do Muro de Berlim, o modelo democrático liberal assumiu a posição inegável de filosofia política global. No entanto, após a eclosão da crise econômica atual e da resultante e necessária intervenção estatal que se seguiu, reavivaram-se as críticas a este modelo e à sua eficiência. Sugiro, para podermos nos posicionar frente a esta discussão, que avaliemos, em primeiro lugar, se estamos seguindo as regras do jogo democrático-liberal.

Conceitualmente, o liberalismo advoga que o crescimento das nações resulta da autonomia dos indivíduos em perseguir seus interesses, o que resulta no crescimento econômico e no desenvolvimento tecnológico que beneficia a todos. Esta autonomia individual, para ser legítima, deve contemplar liberdade e capacidade. Liberdade tem a ver com direitos e capacidade com o poder efetivo de exercê-los. Não somos livres se não temos condições materiais e culturais de exercer a liberdade. Logo, a autonomia individual, indispensável ao funcionamento do regime liberal, precisa de dispositivos sociais que a assegurem. E isso presume uma forte presença do Estado. Não um Estado paternalista, mas um representante legítimo do povo. Um Estado democrático.

Norberto Bobbio talvez tenha sido a pessoa que com maior clareza listou as regras da democracia. Em 1987, na Conferência de Bogotá, Bobbio apresentou seis regras. Entre elas, a terceira dizia: “Todos que gozam de direitos políticos devem estar livres para votar de acordo com a própria opinião e o mais livremente possível”. No entanto, de nada adianta votar com liberdade mas sem autonomia. Para que esta regra possa ser respeitada, deveríamos incluir como precondições à liberdade alguns direitos sociais, como o direito à educação e o direito à subsistência, sem os quais não se pode assegurar aos cidadãos a capacidade necessária para exercer a livre escolha. A crescente desigualdade econômica e cultural no mundo, apontada por recentes relatórios da ONU e do instituto Wider, sugere que, na maioria das ditas democracias, o direito ao voto não é acompanhado de verdadeira liberdade.

Em resumo, existe uma relação dialética entre indivíduo e Estado. A autonomia individual necessita de mecanismos públicos democráticos que a assegurem, e esses mecanismos se reforçam com a ação do indivíduo autônomo. A falha que ocorre no modelo político atual é a quebra desta relação dialética. A ineficiência na distribuição justa de oportunidades, necessária para prover de capacidade os cidadãos, acaba com a autonomia individual que permite ao povo agir através do poder público. Isso leva à formação de um Estado democrático de fachada, incompatível com a promoção das capacidades individuais necessárias à manutenção de um regime democrático-liberal.

Marco Antonio Hermann Kroeff

Médico Oftalmologista